

RECURSO ESPECIAL Nº 1.709.282 - RJ (2017/0273269-6)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : COMPANHIA DE CANETAS COMPACTOR
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO ALVES DOS REIS E OUTRO(S) - MG069991

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 20 DO CPC. ACÓRDÃO QUE REGISTROU A OBSERVÂNCIA AOS CRITÉRIOS LEGAIS DE FIXAÇÃO DA VERBA. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado (fl. 228/229):

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AGRAVO INTERNO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO EQÜITATIVA DO JUIZ. OBEDIÊNCIA AOS PERCENTUAIS DO § 3º DO ART. 20 DO CPC. VALOR ARBITRADO EM OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.

I - A jurisprudência é pacífica no sentido de que em demandas em que o provimento jurisdicional é no sentido de improcedência, o valor dos honorários sucumbenciais deve ser fixado pelos critérios estabelecidos no artigo 20, §4º do Código de Processo Civil. Ou seja, os critérios para a fixação dos honorários de advogado devem pautar-se em elementos essencialmente fáticos, quais sejam, o grau de zelo profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza da causa, o trabalho realizado pelo causídico e o tempo exigido para o seu serviço.

II -O referido dispositivo autoriza que o magistrado possa fixar os honorários advocatícios por meio de apreciação eqüitativa, desde que leve em conta as circunstâncias mencionadas nas alíneas do § 3º do mesmo art. 20, in verbis:

§ 3º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez por cento (10%) e o máximo de vinte por cento (20%) sobre o valor da condenação, atendidos:

a) o grau de zelo do profissional; b) o lugar de prestação do serviço; c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

III - Observa-se, ainda, a possibilidade de arbitramento dos honorários advocatícios em valor fixo ((STJ, AgRg no Ag 958.206/RJ, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, DJ 02/02/2009; (STJ, AgRg no Ag 623659 / RJ, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 06/06/2005).

IV - A atuação da União/Fazenda Nacional limitou-se a apresentação da contestação e das contrarrazões ao presente recurso, assim, considerando-se o fato de que os honorários devem ressarcir os vencedores, mas, sem

propiciar-lhes enriquecimento sem causa, onerando excessivamente os vencidos, entendendo que a fixação de honorários advocatícios no valor de R\$7.000,00(sete mil reais), obedece ao princípio da razoabilidade.

V - O enfrentamento das questões suscitadas em grau recursal, assim como a análise da legislação aplicável, são suficientes para prequestionar junto às instâncias Superiores os dispositivos que as fundamentam. Assim, deixa-se de aplicar os dispositivos legais ensejadores de pronunciamento jurisdicional distinto do que até aqui foi declinado. Desse modo, evita-se a necessidade de oposição de embargos de declaração tão somente para este fim, o que evidenciaria finalidade procrastinatória do recurso, passível de cominação de multa (artigo 538 do CPC).

VI - Agravo Interno desprovido.

No apelo especial, a parte recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação do art. 20, 4º, do CPC, defendendo, em síntese, a majoração da verba honorária que, segundo afirma, foi fixada em valor irrisório.

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 248.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, registra-se que "[a]os recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo n. 2, aprovado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em 9/3/2016)".

A insurgência não merece prosperar.

Com efeito, é firme a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que, em regra, a revisão do valor fixado em honorários advocatícios exige novo exame dos fatos e provas dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ. Esse obstáculo apenas pode ser afastado em situações excepcionais, quando se verificar excesso ou insignificância da importância arbitrada, ficando evidenciada ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Veja-se: AgRg no AgRg no REsp 985.426/SP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 25/3/2009; AgRg no Ag 1.267.521/DF, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 1º/7/2010; AgRg no AREsp 29.214/RS, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 15/6/2012; AgRg no AREsp 168.306/AM, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 24/9/2012.

No caso concreto, observa-se que o Juízo monocrático julgou extinta a execução fiscal e condenou a Fazenda Nacional em honorários advocatícios arbitrados em R\$ 7.000,00 (sete mil reais), tendo por base a falta de complexidade no trabalho realizado pelo causídico e o expressivo valor da causa. O Tribunal de origem, em sede de apelação, manteve referida condenação, assim manifestando-se (fl. 213):

A atuação da União/Fazenda Nacional limitou-se a apresentação da contestação e das contrarrazões ao presente recurso, assim, considerando-se o fato de que os honorários devem ressarcir os vencedores, mas, sem propiciar-lhes enriquecimento sem causa, onerando excessivamente os vencidos, entendendo que a fixação de honorários advocatícios no valor de R\$7.000,00(sete mil reais), obedece ao princípio da razoabilidade.

Isso registrado, é dizer, que foram observados os critérios de fixação previstos no art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC e, conforme anteriormente explicitado, não é dado a este STJ rever o juízo de equidade aplicado pelo Tribunal a quo, que, soberano na análise do conteúdo fático-probatório dos autos, entendeu justa determinada verba honorária. Aplica-se, destarte, no caso, o óbice da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APRECIÇÃO EQUITATIVA. ART. 20, § 4º, DO CPC. VALOR RAZOÁVEL. SÚMULA 07/STJ.

[...]

2. A pretensão trazida no especial esbarra no óbice contido na Súmula 07/STJ, na medida em que não se enquadra nas exceções que permitem a interferência desta Corte, uma vez que o valor arbitrado não se mostra irrisório, não sendo determinante para tanto apenas e somente o valor da causa.

3. Agravo regimental não provido (EDcl no REsp 1.352.100/SC, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 22/5/2013, grifo nosso).

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. PERDAS SALARIAIS. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI 15.961/2005. PERÍCIA JUDICIAL. EXAME. INVIABILIDADE. SÚMULAS 280/STF E 7/STJ. JUROS DE MORA. SÚMULA 182/STJ. INCIDÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO EM QUANTIA NÃO IRRISÓRIA OU EXORBITANTE. REVISÃO. MATÉRIA DE FATO. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA.

[...]

4. Com relação aos honorários advocatícios, a jurisprudência do STJ orienta-se no sentido de que que, em regra, a revisão do valor fixado exige novo exame do contexto fático-probatório, o que é vedado pela Súmula 7/STJ. Este óbice pode ser afastado em situações excepcionais, quando for verificado excesso ou insignificância da importância arbitrada, ficando evidenciada ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, hipóteses não configuradas nos autos.

[...].

6. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no AREsp 180.051/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 13/5/2013, grifo nosso).

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO EM SEDE ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. VERBETES SUMULARES 7/STJ E 389/STF. AGRAVO NÃO PROVIDO.

Superior Tribunal de Justiça

1. Pacífico no âmbito do Superior Tribunal de Justiça que a revisão da verba honorária é matéria incompatível com a via especial, ressalvados os casos em que fixados em valores irrisórios ou exorbitantes, em virtude do vetos contidos nos enunciados sumulares 7/STJ e 389/STF.

2. Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp 229.530/AL, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 9/5/2013, grifo nosso).

PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR COM RENÚNCIA DO QUE EXCEDE O TETO DESSA MODALIDADE DE PAGAMENTO.

[...]

O Superior Tribunal de Justiça só intervém no arbitramento dos honorários de advogado quando o respectivo montante for abusivo ou irrisório.

Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 1.304.557/RS, Rel. Ministro Ari Pargendler, Primeira Turma, DJe 16/4/2013, grifo nosso).

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator